

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte Correio Braziliense Class.: Org. Ind. Lideranças  
 Data 05.05.87 Pg.: 454

**Ecologista depõe  
 contra Calha Norte**

O polêmico projeto de militarização da Amazônia, conhecido como "Calha Norte", será o tema dos debates hoje na Subcomissão das Minorias e Povos Indígenas, quando deverá depor a advogada e ecologista Sônia Regina de Brito, representante do Movimento de Defesa da Amazônia e do movimento em defesa da vida e formação de entidades ambientalistas autônomas do Rio de Janeiro.

De posse de um farto material composto de fitas gravadas com depoimentos de líderes indígenas e fotografias, a advogada irá fazer um relatório de denúncias das irregularidades praticadas na implantação do Projeto Calha Norte, além de atividades criminosas de poderosas empresas mineradoras contra as nações indígenas da região do Alto Rio Negro, entre elas a Parapanema e Goldamazon.

Com esse material Sônia Regina pretende ainda sensibilizar os parlamentares para a instauração de uma comissão de inquérito — tanto a nível federal como estadual — para apurar irregularidades nas ações da Funai no Amazonas. Ela vai levar ao conhecimento dos membros da Subcomissão de Minorias, por exemplo, o caso do índio tariano Laurindo Freire, que está sendo ameaçado por fun-

cionários da Funai para que deixe as terras onde vive desde 1952, destruindo suas plantações e recebendo como indenização apenas Cz\$ 5.000,00, um forno e um motor de popa.

De acordo com Sônia Regina, o projeto Calha Norte é "arbitrário sigiloso e megalomaniaco", pois teve só em 1986 uma despesa inicial de 86 milhões de cruzados e pode chegar a quase 700 milhões com a construção de hotéis para os oficiais, novos aeroportos na selva, que abrange os territórios indígenas, vilas para abrigar os novos pelotões militares e armamentos sofisticados. Tendo nas mãos uma cópia do projeto original assinado pelo general Rubens Bayma Denys, ela diz que em nenhum momento o documento se refere à demarcação das terras indígenas, e, ao contrário, sua implantação tem causado pânico e conseqüências desastrosas para as comunidades da região.

De acordo com um relatório do Conselho Indigenista Missionário, o Calha Norte aparentemente trata da guarda e segurança das fronteiras do Norte do País, mas não se restringe a estes aspectos. Toda sua justificativa funda-se na necessidade de dotar a fronteira amazônica de estruturas básicas que possibilitem grandes investimentos, principalmente no setor de mineração.